

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

JACQUES JEAN PHILIPPE LACERDA BORGES DE MACEDO PINHEIRO

FINANCIAMENTO ELEITORAL NO BRASIL: ANÁLISE DOS EFEITOS DAS
RECEITAS E DOS PERFIS DE CANDIDATOS A VEREADOR NAS ELEIÇÕES DE
2020 EM MUNICÍPIOS DE GRANDE PORTE

MATINHOS

2024

JACQUES JEAN PHILIPPE LACERDA BORGES DE MACEDO PINHEIRO

FINANCIAMENTO ELEITORAL NO BRASIL: ANÁLISE DOS EFEITOS DAS
RECEITAS E DOS PERFIS DE CANDIDATOS A VEREADOR NAS ELEIÇÕES DE
2020 EM MUNICÍPIOS DE GRANDE PORTE

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável, Setor Litoral, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Territorial Sustentável.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Rossi Horochovski

MATINHOS

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte
Biblioteca Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral

P654f Pinheiro, Jacques Jean Philippe Lacerda Borges de Macedo
Financiamento eleitoral no brasil: análise dos efeitos das receitas e dos perfis de
candidatos a vereador nas eleições de 2020 em municípios de grande porte / Jacques
Jean Philippe Lacerda Borges de Macedo Pinheiro ; orientador Rodrigo Rossi
Horochovski. – 2024.
55 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral,
Matinhos/PR, 2024.

1. Campanhas eleitorais - Financiamento. 2. Vereadores - Brasil. 3. Eleições
municipais - Brasil. I. Dissertação (Mestrado) – Mestrado Profissional em Rede
Nacional para o Ensino das Ciências Ambientais. II. Título.

CDD – 324.20981

ATA Nº159

ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DE MESTRADO PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL

No dia vinte e nove de maio de dois mil e vinte e quatro às 10:00 horas, na sala Teams, UFPR Litoral, foram instaladas as atividades pertinentes ao rito de defesa de dissertação do mestrando **JACQUES JEAN PHILIPPE LACERDA BORGES DE MACEDO PINHEIRO**, intitulada: **FINANCIAMENTO ELEITORAL NO BRASIL: ANÁLISE DOS EFEITOS DAS RECEITAS E DOS PERFIS DE CANDIDATOS A VEREADOR NAS ELEIÇÕES DE 2020 EM MUNICÍPIOS DE GRANDE PORTE**, sob orientação do Prof. Dr. RODRIGO ROSSI HOROCHOVSKI. A Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL da Universidade Federal do Paraná, foi constituída pelos seguintes Membros: RODRIGO ROSSI HOROCHOVSKI (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ), NEILOR FERMINO CAMARGO (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ), IVAN JAIRO JUNCKES (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ). A presidência iniciou os ritos definidos pelo Colegiado do Programa e, após exarados os pareceres dos membros do comitê examinador e da respectiva contra argumentação, ocorreu a leitura do parecer final da banca examinadora, que decidiu pela APROVAÇÃO. Este resultado deverá ser homologado pelo Colegiado do programa, mediante o atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca dentro dos prazos regimentais definidos pelo programa. A outorga de título de mestre está condicionada ao atendimento de todos os requisitos e prazos determinados no regimento do Programa de Pós-Graduação. Nada mais havendo a tratar a presidência deu por encerrada a sessão, da qual eu, RODRIGO ROSSI HOROCHOVSKI, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e pelos demais membros da Comissão Examinadora.

MATINHOS, 29 de Maio de 2024.

Assinatura Eletrônica

29/05/2024 18:27:52.0

RODRIGO ROSSI HOROCHOVSKI

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

26/06/2024 14:06:08.0

NEILOR FERMINO CAMARGO

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

29/05/2024 15:51:33.0

IVAN JAIRO JUNCKES

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)



TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **JACQUES JEAN PHILIPPE LACERDA BORGES DE MACEDO PINHEIRO** intitulada: **FINANCIAMENTO ELEITORAL NO BRASIL: ANÁLISE DOS EFEITOS DAS RECEITAS E DOS PERFIS DE CANDIDATOS A VEREADOR NAS ELEIÇÕES DE 2020 EM MUNICÍPIOS DE GRANDE PORTE**, sob orientação do Prof. Dr. RODRIGO ROSSI HOROCHOVSKI, que após terem inquirido o aluno e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

MATINHOS, 29 de Maio de 2024.

Assinatura Eletrônica

29/05/2024 18:27:52.0

RODRIGO ROSSI HOROCHOVSKI

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

26/06/2024 14:06:08.0

NEILOR FERMINO CAMARGO

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

29/05/2024 15:51:33.0

IVAN JAIRO JUNCKES

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar minha profunda gratidão ao CAPES pelo financiamento da bolsa, que foi fundamental para a realização deste trabalho. Agradeço de coração à minha mãe pelo apoio incondicional e à minha companheira pela paciência e incentivo constantes. Minha família, como um todo, também merece reconhecimento por sempre estar ao meu lado. Agradeço especialmente ao grupo de pesquisa LAR (Laboratório de Análise de Redes) por proporcionar um ambiente de aprendizado e colaboração. Sem vocês, esta conquista não seria possível.

"Não se pode aprender nada de uma lição que não seja acompanhada por dificuldades, já que não se pode conseguir nada sem um sacrifício. Mas quando você supera as dificuldades, as pessoas conseguem um coração forte que não perde para nada. Sim, um coração como aço." – Edward Elric, "Fullmetal Alchemist: Brotherhood

RESUMO

A pesquisa investiga as eleições municipais de 2020 em municípios de grande porte no Brasil para candidatos a vereador, com foco na comparação entre os eleitos e não eleitos. Motivada pelo estudo de Deschamps (2019), que analisou eleições anteriores, esta dissertação analisa dados disponíveis no portal de dados abertos do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). As análises e testes da pesquisa envolvem a utilização estatísticas de frequência e descritivas, bem como de correlação e regressão, além de classificação por quartis e razão de chances, com os quais busca-se entender melhor a relação de quanto receitas influenciam votos. Conclui-se que nas eleições de 2020, as primeiras eleições municipais com a presença do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC), o dinheiro manteve-se como um fator altamente relevante para o desempenho e o sucesso eleitoral de partidos e candidatos.

Palavras-chave: Financiamento eleitoral; Eleições municipais; Municípios grandes; Vereador; 2020

ABSTRACT

The research investigates the 2020 municipal elections in large municipalities in Brazil for city council candidates, focusing on comparing elected and non-elected candidates. Motivated by Deschamps' (2019) study, which analyzed previous elections, this dissertation examines data available on the open data portal of the Superior Electoral Court (TSE). The research analyses and tests involve frequency and descriptive statistics, correlation and regression, and classification by quartiles and odds ratios, aiming to understand better the extent to which revenue influences votes. The conclusion is that in the 2020 elections, the first municipal elections with the presence of the Special Campaign Financing Fund (FEFC), money remained a highly relevant factor for the electoral performance and success of parties and candidates.

Keywords: Electoral financing. Municipal elections. Large municipalities. City councilor. 2020.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – RETA DE REGRESSÃO LINEAR ENTRE RECEITAS DE CAMPANHA (VARIÁVEL INDEPENDENTE) E VOTOS (VARIÁVEL DEPENDENTE) 44

LISTA DE TABELAS

TABELA 1- DADOS GERAIS ELEIÇÃO	39
TABELA 2- RECEITA 2020	40
TABELA 3- VOTO 2020	42
TABELA 4- REGRESSÃO LINEAR RECEITA X VOTO	43
TABELA 5- ANÁLISE DE QUARTIS	45
TABELA 6- GÊNERO	45
TABELA 7- ESCOLARIDADE	46
TABELA 8-COR/RAÇA	47
TABELA 9-COR/RAÇA AGREGADO	47
TABELA 10- INCUMBENTE	48

LISTA DE ABREVIATURAS OU SIGLAS

FEFC – Fundo Especial de Financiamento de Campanhas

LAR/UFPR – Laboratório de Análise de Redes Universidade Federal do Paraná

OAB - Ordem dos Advogados do Brasil

ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ONU - Organização das Nações Unidas

TSE - Tribunal Superior Eleitoral

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 REVISÃO TEÓRICA	19
2.1 DEMOCRACIA E FINANCIAMENTO ELEITORAL E SUAS INTERFACES COM O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	24
2.2 FINANCIAMENTO ELEITORAL	26
2.3 FINANCIAMENTO ELEITORAL E ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS	28
2.4 FINANCIAMENTO ELEITORAL EM MUNICÍPIOS	31
3 MATERIAL E MÉTODOS	34
4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS	39
CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
4.1 RECOMENDAÇÕES PARA TRABALHOS FUTUROS	51
REFERÊNCIAS	53

1 INTRODUÇÃO

A democracia depende de eleições livres e competitivas, que asseguram uma escolha justa e transparente dos representantes pelos cidadãos. O financiamento é necessário para que partidos e candidatos possam comunicar suas ideias, conquistar eleitores e conduzir campanhas eficientes. No entanto, quando o dinheiro possui uma influência desproporcional, um perfil de candidatos com mais recursos do que outros, decorre que este obtém o sucesso eleitoral devido ao grande volume de recurso financeiro. Isso compromete a representatividade democrática, beneficiando os interesses de uma elite econômica e podendo gerar diversas desigualdades no financiamento eleitoral.

O estudo sobre a temática de financiamento eleitoral vem se mostrando cada vez mais importante para sociedade para identificarmos padrões e tendências de comportamentos nas eleições. Os dados gerados por pesquisas relacionadas à temática de financiamento eleitoral permitem à sociedade avaliar de uma forma mais clara a atuação dos governantes que elegem. A literatura sobre a temática vem sendo criada por diversos trabalhos, assim como Mancuso (2015) em sua pesquisa, que analisou 34 trabalhos sobre financiamento eleitoral entre os anos de 2001 a 2012, que mostrou a existência de um foco em eleições para deputados federais no Brasil, de modo que ainda há pouco estudo na área de financiamento eleitoral nas eleições para vereadores, ou ainda não o suficiente para contemplar toda abrangência que o estudo em financiamento de campanhas municipais pode trazer.

Dado o papel crucial do voto na manutenção da democracia e o sucesso eleitoral de um candidato, é vital levar em conta o crescimento dos gastos relacionados às campanhas políticas eleitorais. Segundo Assis (2017), as campanhas políticas no Brasil são influenciadas por um sistema cultural consolidado e pelas diferenças sociais e econômicas, o que mantém um desequilíbrio que está presente em outros campos da vida social brasileira. O poder do dinheiro é fundamental na política brasileira, já que as campanhas eleitorais dependem muito de recursos financeiros para que candidatos tenham sucesso, conforme a literatura sobre o financiamento eleitoral, a qual será debatida adiante, mostra claramente.

Compreender o financiamento eleitoral em municípios é fundamental dada a sua posição como nível de governo mais próximo dos cidadãos, no qual as políticas

públicas têm um impacto direto na vida das pessoas. Com isso, ganha importância entender como os candidatos se elegem nesses entes federativos, analisando suas receitas e o seu perfil. Desse modo, investigar como o financiamento eleitoral ocorre nas eleições municipais é um meio de procurar e preencher lacunas e, a partir disso, propor possíveis melhorias para garantir a transparência, justiça e representatividade dos interesses locais e na manutenção da democracia.

Estudar o financiamento eleitoral em municípios pode, então, ajudar a identificar padrões de influência indevida ou que se distanciam de uma democracia, onde o sucesso eleitoral é cada vez mais determinado pelo poder econômico, favorecendo determinados grupos que detém o poder, concedendo uma vantagem desproporcional e antidemocrática no jogo eleitoral. Assim, o estudo dessa temática é essencial para promover a transparência, equidade e eficácia do processo democrático em nível local, contribuindo para fortalecer a democracia como um todo.

Diante do exposto, esta pesquisa tem como objetivo geral analisar a importância do dinheiro nas eleições de 2020, tendo como recorte o cargo de vereador, nos municípios de grande porte, com ênfase na comparação entre candidatos eleitos e não eleitos.

Quanto aos objetivos específicos usados para atingir o objetivo principal desta pesquisa são:

- Identificar quem são os candidatos a vereador nos municípios de grande porte em 2020.
- Levantar o total de receitas e votos obtidos pelos referidos candidatos.
- Proporcionar um modelo de comparação entre eleitos e não eleitos
- Contribuir com a literatura de financiamento eleitoral.

Esta dissertação está dividida em quatro capítulos além desta introdução. Com o primeiro, pretende-se conhecer a bibliografia do financiamento eleitoral e suas lacunas e os resultados apresentados pelos autores. Desta forma a primeira parte é o capítulo teórico do trabalho e nele são debatidos principalmente conceitos relacionados ao financiamento eleitoral, ao poder e ao desenvolvimento sustentável no território, refletindo-se em como isso atinge o financiamento eleitoral em eleições municipais. No capítulo metodológico, são descritos os dados e as fontes de pesquisa, bem como os procedimentos de coleta e análise desses dados, visando a responder às questões que orientaram o estudo. Na sequência, são apresentados e discutidos os resultados da aplicação dessas técnicas. Por fim, as considerações

finais sintetizam os resultados, discutem seus sentidos teóricos e apontam para os desafios da agenda de pesquisa desencadeada neste trabalho.

2 REVISÃO TEÓRICA

Neste trabalho, os conceitos de desenvolvimento, poder e território são interconectados, especialmente em sua relação com a democracia. Sabendo-se que eleições livres e justas são umas das condições essenciais para esta e que o financiamento da democracia é imprescindível para o seu funcionamento adequado, este capítulo traz um debate teórico sobre esses temas, visando a subsidiar conceitualmente a pesquisa aqui apresentada. O primeiro conceito discutido é de território.

O conceito de território tem suas origens a biologia, no século XVIII, sendo compreendido como um espaço físico em que o estado se concretiza, contudo sendo o termo polissêmico, pode ter diversos significados e diferentes perspectivas, não sendo restrito às perspectivas geopolíticas, podendo também ser utilizada para representar relações sociais, isso através da utilização e apropriação do espaço geográfico, por um indivíduo ou por um grupo de indivíduos, através das relações de poder. Espaço geográfico e território estão interligados, mas não são a mesma coisa.

O território não existe sem o espaço geográfico. Ao se apropriar de um espaço concreto ou abstratamente, um ator ou um grupo de atores territorializa aquele espaço, constituindo grupos políticos que transformam espaço em território (RAFFESTIN, 1993). Em todo território existem relações de poder, sendo assim existem indivíduos exercendo poder sobre outros indivíduos, das diversas formas sejam elas mais brandas ou até mais agressivas como guerras. Para Raffestin o poder é a combinação variável de energia e informação, onde a energia é formada pelas formas mais truculentas de exercer poder como guerras e coerção, enquanto a informação a forma mais branda de exercer poder como a manipulação e a simbologia.

O poder para Max Weber tem três formas de se legitimar: Legal, Tradicional e a Carismática. Sendo as legais formas burocráticas, como leis e afins; a tradicional, por costumes, por exemplo, um ancião de uma aldeia, por tradição ele fazer as decisões por ser o mais "sábio"; e, a carismática, pode-se citar a simbologia, a religião como uma forma de poder carismática. Ao verificar os atores A, B e C verificamos quem tem a relação de poder nessa rede, uma forma de se explicar que A tem relação de poder é que B e C reforçam o poder de A, como um político é

eleito, ele é reforçado para exercer poder sobre os demais através do voto que validam a sua posição e dão a ele um direito legal de exercer tal função. Dessa forma o poder, para ser exercido de forma eficaz e duradoura, demanda a legitimação de um determinado indivíduo ou grupo. A não terá poder somente por dizer que tem direito a tal espaço geográfico, os outros atores da rede precisam legitimar esse poder. Se ninguém reconhece o poder de A o fluxo vai para B ou C que tem o poder reconhecido pelos demais e A se torna apenas mais ator dentro dos diversos pontos de relação e poder ou simplesmente é “eliminado”. Em exemplo mais claro, um rei pode ser um cidadão (onde antes Rei, tinha um poder de soberania) contudo o povo (no exemplo sendo B e C) não se legitima mais esse Rei, então o rei pode ser apenas mais um do povo, eliminando-o da rede de relações e poder.

Weber, portanto, inovou na análise do poder ao capturar que este é relacional, e não um atributo independente, sendo produzido inicialmente nas interações entre atores individuais, contribuição importante para se observar o fenômeno em seu caráter reticular. Além disso, vislumbrou a dinâmica territorial do poder, especialmente em sua célebre definição de Estado como a entidade capaz de exercer o monopólio da violência legítima em um território.

O conceito de rede tem relação direta com poder e território, visto que os atores, políticos no nosso caso, estão a toda hora ganhando ou perdendo poder. Trata-se, portanto, de um processo de acúmulo e desacumulo, no qual os atores estão se apropriando de um espaço físico ou abstrato. Consolidam, assim, uma rede de fluxos e circuitos, estando ligados entre si de diversas formas, o que revela os pontos de poder dessa rede e os vínculos entre eles.

As interações entre atores podem ser diversas, políticas, culturais, econômicas etc., o que faz com que indivíduos ou um grupo de indivíduos estejam inseridos em um sistema de malhas e nós. Um ponto se conecta com outro ponto, podendo essa conexão ser mais forte (acúmulo) ou mais fraca (desacumulo). O sistema de poder hierárquico então permite a um indivíduo ou grupo de indivíduos manter o poder sobre determinado território por ele estabelecido, podendo assim ditar e controlar o que é distribuído e alocado para rede (as relações que interligam um ponto ao outro).

Antes de falarmos sobre financiamento eleitoral e seus respectivos pontos de correlação com redes, poder e território é importante ressaltarmos os elementos

de desenvolvimento territorial sustentável. Dessa forma a nossa reflexão pode partir do conceito de desenvolvimento, mas desenvolvimento é uma palavra que se tornou genérica, como SACHS (2000) aponta, devido ao seu uso excessivo, para descrever vários processos de maneira que nem sempre são eficazes. O conceito de desenvolvimento pode não refletir um desenvolvimento efetivamente sustentável, quando se restringe apenas ao econômico, ignorando por exemplo os impactos ao ambiente. Dessa forma podemos perceber um fluxo de acúmulo e desacumulo e um ator social para o outro. No caso desta pesquisa, os atores sociais que se candidatam em eleições e se tornam os políticos que elegemos, ou seja, a quem concedemos um poder de legitimidade para legislar inclusive sobre assuntos relacionados ao desenvolvimento.

As raízes da lógica de produção e consumo têm origem no capitalismo e na sociedade industrial. O excedente de recursos que as grandes navegações trouxeram aos povos europeus deu origem a uma nova lógica de produção a qual competia empregar todos esses recursos, o que lhes proporcionou mudanças profundas na sociedade da época e sua relação com o comércio, podendo assim “ditar” uma rede de poder e um território por eles então ocupados. Um fator fundamental é a evolução do transporte em si, as grandes navegações na primeira metade do século XVI estabeleceram pela primeira vez linhas comerciais de amplitude planetária. Tal condição aqueceu um setor da sociedade, que era a classe mercantilista, a qual se viu então desenvolvendo um papel de destaque num processo histórico que originou a expansão do mercado. A expansão do mercado se dá pela alta racionalização do processo de produção e comércio, vai se perdendo o caráter qualitativo e cada vez mais se dando ênfase ao caráter quantitativo, o que caracteriza essa alta racionalização.

Tudo pode, então, ser quantificado: os recursos, a terra, a força de trabalho, sendo a terra e a força de trabalho submetidos aos critérios mercantis, intimamente ligados com a lógica de acumulação, se torna evidente um novo modelo de relações sociais submetido a essa mesma lógica, o que leva então a despersonalização, a racionalidade que faz com que tudo seja encarado como um recurso, uma coisa, parte do mundo físico (FURTADO, 2008).

Com a modificação das relações sociais se tornou, é claro, evidente uma mudança cultural, a cultura do capitalismo vai inserindo novos valores, mitos e crenças que são transmitidos pelos povos(dominadores) que a promovem a outros

povos(dominados) com os quais ela interage, se tornando o modelo que esses povos dominados têm que almejar, alcançar. Dessa forma os povos europeus com sua expansão estabeleceram uma rede de poder qual se era admitido, legitimada por outros povos, onde o ator central A (europeus) dominam as sociedades B e C, por eles mesmos renomeados de subdesenvolvidos. Exercendo poder de forma branda e também de forma agressiva, se não é por consentimento, era obrigado, ou então a própria execução do indivíduo ou grupo que se opunha a eles, exemplo é a própria religião como forma de poder carismático que, se não aceita pelos indígenas locais, eles eram considerados como herege e executados, com isso os europeus tendo uma forma de poder truculenta.

Em suma, FURTADO (2008) chama atenção tanto para o caráter assimétrico do desenvolvimento em suas múltiplas dimensões, quanto, como consequência, para o fato de que a dinâmica do desenvolvimento gera vencedores e perdedores, dominantes e dominados, sejam esses países, classes sociais, grupos e indivíduos. Na esfera política não é diferente, mesmo em democracias consolidadas, com suas diversas desigualdades, acúmulos e desacúmulos de recursos de poder. É neste ponto da discussão que o financiamento da democracia começa a se conectar à presente discussão.

O financiamento eleitoral no atual cenário político, econômico e social, onde o peso do financiamento eleitoral é muito elevado para não ser estudado, é crescente como verifica MANCUSO (2015). Ter uma perspectiva melhor do jogo político, contribui para a compreensão dos mecanismos do desenvolvimento sociopolítico, podendo servir, se visto que necessário reformas políticas, para preencher lacunas existentes em políticas públicas que visem o desenvolvimento territorial sustentável.

Sendo existente a relação de dinheiro e voto (MANCUSO E SPECK 2014), é relevante investigar a temática, para ver quem exerce mais poder dentro de uma rede estabelecida por esses atores sociais nos territórios. Estes não são apenas o Estado Brasileiro entendido como espaço geográfico, mas também grupos com pensamentos e preferências de forma X ou Y estabelecem territórios a partir das relações de poder. Tais territórios podem muito bem ser percebidos por outros atores dentro dessa mesma rede. Um exemplo disso são os partidos políticos. Cada um tem sua ideologia, projeto de poder e indivíduos que o compõem. Dentro desse mesmo grupo há hierarquia entre os atores que os integram. Dessa forma, mesmo

que tenham papéis distintos dentro do seu território exercem uma função nessa malha/rede onde há atores acumulando ou tendo desacumulo de poder na rede que é o sistema político. O mesmo pode ocorrer onde um partido A tem poder legitimado e os partidos B e C e unem para tirar A do poder de forma legítima, isso pode ocorrer através do voto.

O voto é um importante recurso para continuidade da democracia como uma forma de poder branda, através da burocracia. Quando a democracia entra em risco, por instabilidade no país, é ameaçada a não ser legítima, podendo ocorrer o não reconhecimento da legitimidade do poder pelos outros indivíduos, tirando do fluxo de poder de quem acumula. Outro indivíduo ou grupo nessa rede pode, então, usurpar esse poder antes exercido por outro indivíduo que não tem mais legitimidade do poder. Os representantes que são responsáveis por conduzir processos, e a elaboração de políticas públicas. São um dos principais atores sociais a quem estão constantemente exercendo poder sobre algo/alguém, que foi legitimado pelo povo através do voto.

Dessa forma a investigação dos meios que colocam e legitimam o poder de um ator político é necessária, para que também se cumpra os objetivos da ODS e a forma como o mundo é governado hoje, utilizar meios renováveis nas diversas áreas, com isso os políticos têm um dos principais papéis no desenvolvimento. O financiamento eleitoral nesse sentido, tem um importante papel, impactando de diversas maneiras as decisões políticas relacionadas ao desenvolvimento sustentável, inclusive nas ODS da Agenda 30, de forma direta e indireta, aprovando ou não medidas que visem o desenvolvimento sustentável de um território.

Concluindo esse levantamento para o embasamento teórico e extensões que o financiamento eleitoral pode ter e como esses agentes (candidatos) acumulam e desacumulam poder, entre si, numa rede que é altamente ligada não apenas por similaridades, mas uma rede complexa, de interesses afins ou não, relacionada fortemente com receita arrecadada, é preciso medir, calcular, esses fluxos entre os candidatos às eleições. Dessa forma é relevante compreender a extensão que o financiamento eleitoral tem na democracia, marcado por interesses, partidos, ideologias, relações de trocas que convém ou mesmo negativas. Em uma rede eleitoral, por exemplo, atores político-sociais podem usar o “poder” que lhes é concedido e legitimado pelo voto de quem o elegeu. O povo/eleitorado, portanto, lhes fornece recursos de poder que podem ser usados de diversas maneiras, como

por exemplo, derrubar outro ator social dessa rede, para benefício próprio ou em jogadas políticas.

Em uma rede altamente conectada, onde o volume de gastos de campanhas pode ser exorbitante, alguns atores sociais têm poder para mover peças a seu favor, sendo, portanto, relevante não apenas identificar quem são esses atores, mas também realizar cálculos para medir os fluxos de acúmulo e desacumulo entre eles, às vezes em uma prática plutocrática onde quem tem mais poder e capital decide. Por estes pontos levantados é importante analisar as condições de funcionamento das eleições, para a manutenção da democracia e eficiência das políticas públicas que impactam no e são impactadas pelo financiamento eleitoral. Nas próximas seções, esses aspectos são discutidos.

2.1 DEMOCRACIA E FINANCIAMENTO ELEITORAL E SUAS INTERFACES COM O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Analisar o processo eleitoral vai além de simplesmente observar o ato de votação em si, embora sua importância não deva ser ignorada. É necessário abordar toda a extensão, considerando as questões e dinâmicas abrangentes de um amplo processo que engloba influências, interesses, participação da sociedade, escolha de representantes e, sobretudo, repercute nas políticas e ações públicas que têm um impacto direto no desenvolvimento de um território, região ou sociedade.

Conforme destacado por RÉMOND (2003), as eleições oferecem uma visão significativa da opinião pública e de seus movimentos, sendo analisá-las uma oportunidade para explorar temas relacionados ao equilíbrio de forças, à relação entre situação e oposição, à formação de governos, à atuação das instituições e às correntes e tendências. Em relação às campanhas eleitorais, o autor enfatiza que, além de representarem a implementação de estratégias e a interação entre os cálculos políticos e os movimentos de opinião, essas campanhas modificam diariamente as intenções e possivelmente as relações de forças (RÉMOND, 2003, p. 49).

Para enfatizar a importância que os representantes têm no impacto das políticas públicas de desenvolvimento sustentável, é pertinente analisar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Os ODS representam um meio alternativo da Organização das Nações Unidas (ONU) para reduzir e erradicar a pobreza,

proteger o meio ambiente e o clima, bem como garantir que todas as pessoas em todo o mundo possam desfrutar de paz e prosperidade, contribuindo para alcançar a Agenda 2030. Isso envolve um compromisso dos 193 Estados-membros da ONU que se reuniram em Nova York em setembro de 2015 e adotaram o documento intitulado "Transformando o Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável", pelo qual eles se comprometeram a tomar medidas mais eficazes e ousadas para promover o desenvolvimento sustentável nos próximos 15 anos. O foco deste trabalho é demonstrar como o financiamento eleitoral, que tem uma relação positiva com o dinheiro (conforme afirmado por MANCUSO, 2015, Deschamps 2021, Bueno 2020, Martins, 2022), ou seja, mais dinheiro se traduz em mais votos, deve ser examinado à luz do Objetivo 16 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil.

O Objetivo 16 visa promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. No entanto, um sistema político em que o dinheiro desempenha um papel determinante na eleição de candidatos afeta negativamente o ODS 16.3, que visa promover o Estado de Direito em nível nacional e internacional e garantir igualdade de acesso à justiça para todos.

Além disso, se candidatos podem receber fundos de campanha em troca de favores, isso pode ser caracterizado como corrupção e suborno, o que vai contra o ODS 16.5, que busca reduzir substancialmente a corrupção e o suborno em todas as suas formas. Para combater essas irregularidades, é essencial conduzir um levantamento e um estudo empírico para comprovar sua existência, contribuindo para alcançar o ODS 16.6, que visa desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis.

Essas medidas podem ajudar na formulação de políticas públicas sustentáveis e responsáveis. Quando a sociedade tem acesso a informações claras e bem fundamentadas, ela pode expressar sua insatisfação por meio do voto, conforme garantido pela Constituição Federal de 1988 do Brasil, o que está alinhado com o ODS 16.7, que busca garantir a tomada de decisões responsivas, inclusivas, participativas e representativas em todos os níveis.

Além disso, a pesquisa acadêmica pode servir de pauta para legisladores, com base em evidências empíricas apresentadas. Isso pode fortalecer a

participação de países que compartilham ideias semelhantes, fortalecendo a democracia, a sustentabilidade, a igualdade e o funcionamento eficaz das instituições públicas, em vez de serem influenciadas por interesses de terceiros ou trocas de favores que o financiamento eleitoral de alto custo pode gerar, o que está alinhado com o ODS 16.8, que busca ampliar e fortalecer a participação dos países em desenvolvimento nas instituições de governança global.

Embora os dados fornecidos pelo Tribunal Superior Eleitoral sejam facilmente acessíveis, interpretá-los corretamente requer conhecimento mais aprofundado no assunto, mostrar os mesmos dados de forma dinâmica e em pesquisas acadêmicas fortalece o acesso a essa informação. Portanto, é fundamental garantir o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, conforme previsto no ODS 16.10. Fornecer dados bem trabalhados e organizados pode apoiar o desenvolvimento do Objetivo 16.

No final das contas, disponibilizar informações claras e acessíveis sobre nossos representantes é fundamental, pois a legislação brasileira, embora sólida no papel, precisa ser aplicada de forma eficaz. Isso é especialmente importante para pessoas que podem estar desatualizadas, mal-informadas ou leigas sobre o assunto, e está em conformidade com o ODS 16.b, que busca promover e fazer cumprir leis e políticas não discriminatórias para o desenvolvimento sustentável.

Estudar, medir e analisar uma das raízes dos problemas que afetam o desenvolvimento sustentável é fundamental para o sucesso da Agenda 2030 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Investigar a influência da receita entre eleitos e não eleitos nas eleições de 2020 nos permite compreender melhor o peso do dinheiro nas eleições e como ele pode afetar nosso progresso em direção a um futuro mais democrático.

2.2 FINANCIAMENTO ELEITORAL

O voto é um dos principais meios pelos quais o povo expressa sua liberdade e elege seus representantes, como estipulado no parágrafo único do Artigo 1º da Constituição Federal do Brasil (BRASIL, 1988, Art. 1º), onde se afirma que todo o poder emana do povo, exercido por meio de representantes eleitos ou diretamente. Dessa forma, podemos perceber que o voto é um recurso crucial para a manutenção da democracia, que fica ameaçada quando há instabilidade no país. Os

representantes, que são responsáveis pela condução de processos e pela elaboração de políticas públicas, desempenham um papel central na democracia.

Diante dessas informações, é de grande importância investigar e avaliar como as políticas públicas que afetam o financiamento eleitoral estão sendo implementadas e se estão, de fato, contribuindo para a manutenção da democracia. Portanto, é relevante analisar a influência que o financiamento eleitoral tem em municípios.

O sistema político do Brasil é caracterizado pelo pluripartidarismo, também conhecido como multipartidarismo, que envolve não apenas a existência de vários partidos políticos formalmente constituídos, mas agremiações relevantes, com poder de veto. Em 19 de setembro de 1995, com a promulgação da Lei Nº 9.096/1995, passaram a valer as principais normas para a fundação, organização, funcionamento e extinção dos partidos políticos no Brasil, ainda que, desde então, houvesse algumas modificações na referida norma.

O conjunto de partidos políticos em todos os países democráticos têm como objetivo principal obter votos, visando ao sucesso nas eleições, condição necessária à conquista do poder em torno da qual os partidos são constituídos. O sucesso eleitoral resulta na ocupação de cargos pelos candidatos de um partido, que então exercem funções específicas. De acordo com a Lei 9.096, os partidos políticos têm o dever de assegurar o interesse do regime democrático, a autenticidade do sistema representativo e a defesa dos direitos humanos fundamentais, conforme definidos na Constituição.

Nas democracias atuais, os candidatos precisam ampliar sua visibilidade entre as massas de eleitores para que suas mensagens, discursos e campanhas cheguem aos votantes. É aí que o dinheiro entra na equação. O direito de todo cidadão de participar do processo eleitoral e das decisões políticas do país resultou em um aumento evidente nos custos da competição política e na necessidade de recursos financeiros substanciais (SPECK, 2002), especialmente em um país tão grande como o Brasil. A capacidade de conseguir recursos desempenha um papel fundamental no processo eleitoral. Portanto, se um candidato dispõe de recursos limitados ou inexistentes, torna-se quase impossível realizar atividades de promoção, comunicação com potenciais eleitores e, conseqüentemente, suas chances de sucesso eleitoral são reduzidas (DESCHAMPS, 2019).

O sufrágio universal, um direito essencial em uma democracia, é garantido pelo Artigo 14, constante do Capítulo IV, da Constituição Federal: “A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos”. Embora hoje em dia todos os cidadãos que atendam a algumas condições tenham o direito de voto (nacionalidade brasileira, idade mínima de 16 anos e pleno gozo dos direitos políticos), historicamente, essa não foi a realidade. A evolução histórica da política, desde um período em que apenas pessoas influentes na região e uma minoria detinham o poder de decisão, é notável (NICOLAU, 2012).

Como o voto é de grande importância para a democracia e para o sucesso eleitoral de um candidato, seu alargamento no país leva à necessidade de considerar o aumento dos custos das campanhas eleitorais. Segundo ASSIS (2017), a organização e a operacionalização das campanhas eleitorais no Brasil estão ligadas a um sistema cultural desenvolvido e às consequências sociais decorrentes das grandes disparidades econômicas e sociais, que têm contribuído para a perpetuação do desequilíbrio existente na sociedade, também dentro do sistema político. O poder econômico tornou-se um elemento essencial da vida política brasileira, e como resultado as campanhas eleitorais dependem enormemente de recursos financeiros que viabilizem candidaturas e aumentem as chances de sucesso eleitoral.

Como tudo isso afeta a vida de cidadãos e cidadãs? A resposta é relativamente simples. Eles e elas votam em candidatos e candidatas que, uma vez sendo bem-sucedidos eleitoralmente, serão responsáveis pelas decisões relacionadas às principais políticas públicas, em todos os entes da Federação Brasileira, desde os municípios até a União, passando pelos estados e o Distrito Federal. Em outras palavras, políticas públicas que dependem das decisões políticas para atingir o povo e promover o desenvolvimento sustentável dos territórios. Portanto, o financiamento das campanhas eleitorais, que é dispendioso, pode afetar o cenário político. Por exemplo, os altos custos da participação nas eleições podem desencorajar a participação de potenciais adversários.

2.3 FINANCIAMENTO ELEITORAL E ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

Os principais motivos que nos levam a estudar as campanhas eleitorais de 2020 estão relacionados a importantes mudanças institucionais, principalmente o fim

do financiamento privado empresarial e a entrada do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC).

A partir do julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.650, interposta pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), as doações empresariais foram proibidas nas eleições brasileiras. Tal proibição foi confirmada com a promulgação da Lei nº 13.165/2015. Com isso, as eleições de 2016 foram as primeiras sem financiamento empresarial privado. Considerando apenas as eleições municipais, as eleições de 2020 foram as primeiras a contar com recursos do FEFC. Este foi implantado pela Lei nº 13.487, de 2017, dessa forma a falta de financiamento privado gerou a necessidade de encontrar alternativas para suprir a lacuna de receita que antes era preenchida por pessoas jurídicas.

Embora o foco desta pesquisa seja a influência da receita entre eleitos e não eleitos em 2020, entender o macrossistema do financiamento eleitoral é necessário para ter um conhecimento abrangente do cenário político, por isso é importante ressaltar os elementos que tangenciam e influenciam as pesquisas de financiamento eleitoral.

SPECK (2016) relata que, em média, durante as competições eleitorais brasileiras, a cada quatro reais doados para campanhas, três tinham origem no setor privado empresarial enquanto este prevaleceu. Segundo o autor, o forte envolvimento de algumas empresas na política criou a percepção de que as doações se traduziam em favores e também contribuiu para a percepção da democracia brasileira como uma plutocracia.

Dado que nas eleições de 2020 não há mais financiamento de empresas privadas, isso torna mais evidente a importância de realizarmos pesquisas e medir e calcular as influências que essas alterações legislativas tiveram no sistema político brasileiro, baseado também no histórico do passado como era, e vermos se houve alterações conforme autores que realizaram pesquisas baseadas no cenário passado.

De acordo com SILVA e CERVI (2014), já em 2008 e 2012, observava-se um aumento na receita das campanhas eleitorais, o que indica que, ao longo do tempo, essa receita continuou a crescer. Conclui-se que o financiamento eleitoral de campanha evidencia uma relação próxima, uma ligação, entre políticos e membros da elite econômica. Wagner Pralon Mancuso, um autor reconhecido na área de financiamento eleitoral, publicou em 2015 o trabalho "Investimento eleitoral no Brasil:

balanço da literatura (2001-2012) e agenda de pesquisa", que se concentrou no financiamento eleitoral empresarial e nos estudos sobre investimento eleitoral no período de 2001 a 2012. O autor destacou a importância do debate sobre financiamento eleitoral, enfatizando que seus desdobramentos são extremamente relevantes.

O estudo dessa temática é de grande relevância, uma vez que o volume de investimento eleitoral no país é gigantesco. O aprimoramento da democracia brasileira passa inevitavelmente pelo enfrentamento das questões relacionadas ao investimento eleitoral. O primeiro passo para lidar com essas questões é conhecê-las profundamente (MANCUSO, 2015, p. 180).

Segundo MANCUSO e SPECK (2014) e MANCUSO (2015), a literatura sobre o assunto tem se organizado em três vertentes principais: uma que aborda a relação entre investimento e desempenho eleitoral (que aponta para uma associação positiva entre recursos financeiros investidos em campanhas e a quantidade de votos recebidos pelos candidatos); outra que trata da relação entre investimento e benefícios para os investidores (sendo está a vertente mais recente, e com resultados ainda controversos); e a terceira que se concentra nos determinantes do investimento eleitoral (na qual grande parte dos estudos aponta para determinantes políticos das receitas e despesas eleitorais, enquanto outros indicam determinantes econômicos e sociais).

MANCUSO (2015) enfatiza que essa literatura se expandiu consideravelmente, primeiramente devido à aprovação da Lei 8.713, de 30 de setembro de 1993, que permitiu doações de pessoas jurídicas (não mais permitidas devido a Lei nº 13.165/2015) e exigiu que candidatos e partidos prestarem contas das doações recebidas, relatando à Justiça Eleitoral. Além disso, a decisão da Justiça Eleitoral de tornar públicas essas prestações de contas incentivaram ainda mais pesquisas sobre a relação entre dinheiro e votos nas eleições no Brasil.

A Resolução nº 23.406/2014 do TSE impôs disciplina aos procedimentos a serem adotados na arrecadação e nos gastos de recursos por partidos políticos, candidatos e comitês financeiros em campanha eleitoral, bem como na prestação de contas e na divulgação de informações à Justiça Eleitoral. Isso tornou a prestação de contas mais transparente, permitindo uma maior precisão na resposta a uma questão crucial: "Qual é o perfil dos candidatos que mais recebem recursos financeiros para financiar suas campanhas eleitorais?" (MANCUSO;

HOROCHOVSKI; CAMARGO, 2018, p. 2). Ao analisar tanto candidatos eleitos quanto não eleitos, é possível verificar quem mais se beneficia do financiamento e os motivos por trás de seu sucesso eleitoral.

Abordando a questão do histórico eleitoral dos candidatos, CERVI et al. (2015) descrevem que há um direcionamento de recursos de campanha para candidatos que já são políticos. Quanto mais recursos estão disponíveis, maior é a chance de sucesso, evidenciando a clara relação positiva entre dinheiro e votos nas eleições brasileiras. Para SILVA e CERVI (2017), as doações de campanha foram distribuídas de forma desigual entre os candidatos, beneficiando um determinado perfil político e social. Portanto, a influência do dinheiro é um dos efeitos mais observados nas disputas eleitorais e, certamente, contribui para o desequilíbrio, pois os candidatos com mais recursos têm maiores chances de vencer.

HOROCHOVSKI ET AL. (2016) abordam a estrutura de poder, considerando que a maior chance de sucesso dos solicitantes, assim como a assertividade dos patrocinadores na destinação de seus recursos, está relacionada às posições centrais e estratégias na rede de relações formadas para financiar a campanha.

SPECK E CERVI (2016) destacam que os doadores direcionam mais recursos para candidatos que têm chances de vitória, e o sucesso nas eleições anteriores é um forte indicador desse direcionamento. Portanto, o desempenho dos candidatos e patrocinadores na eleição anterior se torna um fator crucial na eficácia da eleição subsequente.

2.4 FINANCIAMENTO ELEITORAL EM MUNICÍPIOS

O financiamento eleitoral nos municípios brasileiros desempenha um papel crucial no processo político local, representando uma força motriz na engrenagem democrática (MARTINS, 2021). Ao analisar o financiamento eleitoral em nível municipal, observamos não apenas dados estatísticos, mas também uma reflexão sobre a dinâmica política e social específica dessas comunidades. A participação democrática tem impacto direto na vida dos cidadãos, influenciando a implementação de políticas públicas, o desenvolvimento sustentável e social do território local. As disputas em torno de interesses políticos e a articulação de grupos específicos, muitas vezes influenciadas por doações de empresas ou setores produtivos locais, podem moldar o cenário político municipal (MARTINS, 2021).

O financiamento de campanhas eleitorais por grupos de interesse locais pode acirrar as disputas, favorecendo determinados setores em detrimento de outros. Apesar das regulamentações implementadas a influência do dinheiro ainda persiste nos níveis municipais, muitas vezes moldando os resultados das eleições.

O financiamento eleitoral nos municípios, frequentemente marcado por doações locais e interesses específicos, contribui para uma imagem da democracia que pode ser influenciada por dinâmicas locais e por uma distribuição desigual de recursos (MARTINS, 2021). A concentração do financiamento de determinados segmentos de candidaturas pode levantar questões sobre a equidade e a representatividade do sistema político nos níveis municipais, destacando a importância de uma análise específica e contextualizada do financiamento eleitoral em cada município brasileiro. Tal como acontece em eleições gerais e nas eleições municipais para prefeito, os candidatos a vereador podem conseguir arrecadação para financiar suas campanhas de diversas fontes, limitadas por valores estabelecidos para promover equidade e evitar influências indevidas. Além disso, os vereadores podem contar com recursos do Fundo Partidário, composto por verbas públicas distribuídas aos partidos políticos, e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha.

Outra possibilidade é o recebimento de doações de outros partidos, especialmente em sistemas políticos multipartidários ou em coligações eleitorais, como é o caso do Brasil. Adicionalmente, alguns candidatos, incluindo vereadores, podem optar por financiar parte ou a totalidade de suas campanhas com recursos próprios. É relevante observar que o próprio TSE, de acordo com as suas competências previstas no Código Eleitoral (Lei nº4.737/1965 FALTA CITAR), estabelece limites para os gastos de campanha, estipulados por meio de resoluções pelo TSE a cada eleição, formalmente a fim de garantir uma competição mais justa e igualitária entre os competidores.

Um dado interessante que reflete sobre essa questão do dinamismo da disputa eleitoral e do financiamento de campanhas, e que também se aplica às eleições municipais, é descrito por SPECK E CERVI (2016). Ao analisar as eleições municipais de 2012, eles destacam que os recursos financeiros desempenham um papel importante na disputa eleitoral, com um efeito direto sobre o desempenho eleitoral. No entanto, esse efeito direto é relativamente constante nos municípios com até 200 mil eleitores e varia significativamente nos municípios maiores. Isso

significa que não é possível analisar as eleições municipais no Brasil como se elas ocorressem em um "grande distritão", desconsiderando as particularidades geradas pelas diferenças no número de eleitores em cada distrito eleitoral (SPECK; CERVI, 2016, p. 82), sendo está mais uma justificativa para aprofundar a pesquisa sobre eleições municipais com recortes específicos, relacionados, por exemplo, ao porte dos municípios entre outros fatores.

3 MATERIAL E MÉTODOS

Esta pesquisa analisa as eleições de 2020 em municípios de grande porte no Brasil, verificando a importância do dinheiro no referido pleito, para o cargo de vereador, com ênfase na comparação entre candidatos eleitos e não eleitos. Este estudo se desenvolveu inicialmente com uma revisão teórica sobre o financiamento eleitoral e foi motivado pela pesquisa de DESCHAMPS (2019) que analisou três eleições (2008, 2012 e 2016) para o cargo de vereador em municípios de médio e grande porte. Nesta pesquisa, foram analisadas as eleições de 2020

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa tem um caráter documental, que, segundo GIL (2008 p.51) envolve a análise sistemática e crítica de documentos, como textos, relatórios e registros, para extrair informações relevantes. No caso desta investigação as fontes documentais de onde os dados foram coletadas são, principalmente, planilhas de prestações de contas, perfil de candidaturas e resultados eleitorais presentes no portal de dados abertos do TSE. Sistematizadas pelo Prof. Dr. Neilor Fermino Camargo, no grupo de Pesquisa LAR.

Para a revisão teórica, foi realizado um levantamento bibliográfico, o qual desempenha um papel crucial nesta pesquisa, proporcionando uma base sólida para a compreensão do contexto do financiamento eleitoral, sua evolução nas últimas décadas e suas interfaces com as temáticas do poder e do desenvolvimento territorial sustentável. Além disso, tal levantamento visa mapear o conhecimento científico existente na área e identificar tendências e lacunas que a pesquisa pode abordar.

O levantamento bibliográfico foi conduzido em diversas bases de dados, incluindo o Portal de Periódicos CAPES, Web of Science, Scielo, Scopus, Dimensions e BPSR. A seleção dos artigos considerou critérios como idioma (português), recorte espacial (Brasil) e recorte temporal (até 2021). Foram encontradas 100 pesquisas que se encaixam no escopo desta pesquisa, os mais interessantes que explica e dá uma base maior para este trabalho foram selecionados para compor a literatura e outras pesquisas adicionadas devido ao seu encontro direto com o tema da pesquisa e suas vertentes.

Esses critérios garantiram a inclusão de artigos revisados por pares, com título, autoria, referências, palavras-chave, resumo e citações/referências bibliográficas disponíveis. O resultado deste procedimento é o capítulo anterior desta

dissertação, no qual são discutidos os textos mais relevantes para subsidiar a pesquisa empírica, incluindo uma recente literatura sobre financiamento de campanhas em eleições municipais.

Com base nas análises de autores como CERVI (2010), MANCUSO (2015), DESCHAMPS (2021) e MARTINS(2021), a importância do financiamento nas eleições torna-se evidente no cenário político brasileiro, pois, segundo esses autores, a influência do dinheiro permeia todas as etapas do processo eleitoral, desde a condução inicial da campanha até o final. Destaca-se que a capacidade de arrecadação de recursos financeiros muitas vezes determina a visibilidade do candidato, seu alcance de campanha e, conseqüentemente, sua competitividade no pleito.

No que se refere ao recorte territorial da pesquisa, elemento fundamental de seu desenho metodológico, a literatura não estabelece uma classificação única que defina limites específicos de tamanho para distinguir municípios paroquiais, centros urbanos ou metrópoles (SPECK; CERVI, 2016,). Deschamps, baseado em autores como SPECK E MANCUSO (2013), CARLO MAGNO (2015) e SPECK e CERVI (2016), classifica os municípios em cinco grupos distintos: 1- Pequenos, até 5 mil eleitores; 2- Pequenos-Médios, de 5.001 a 10 mil eleitores; 3- Médios, de 10.001 a 50 mil eleitores; 4- Médios-Grandes, de 50.001 a 200 mil eleitores e; 5- Grandes, acima de 200 mil eleitores, recorte aqui adotado.

Para fins de comparabilidade, optou-se nesta pesquisa por se analisar os mesmos municípios classificados como grandes na citada investigação de DESCHAMPS (2021). Os dados coletados e analisados são oriundos do Portal de Dados Abertos do TSE, organizados, armazenados e padronizados pelo grupo de pesquisa Laboratório de Análise de Redes LAR/UFPR. Como dito anteriormente, os dados para o escopo da pesquisa são candidatos a vereador eleitos e não eleitos, que disputaram as eleições municipais de 2020, sendo considerados para análise candidatos deferidos. Não foi optado por normalizar os dados. Este procedimento não se fez necessário, posto que foram analisados São Paulo (SP) e Cascavel (PR), municípios com maior e menor eleitorado respectivamente, e o comportamento das variáveis mostrou-se semelhante (por exemplo, os coeficientes de correlação entre receitas e votos de ambos ficaram de 0,58 aproximados).

O programa Excel da suíte de escritório MSOffice foi usado para gerar planilhas eletrônicas para os dados serem trabalhados e ainda na criação de

gráficos e tabelas, a fim de expor melhor os dados de forma simplificada. Conforme a classificação de municípios de grande porte no Brasil acima de 200 mil eleitores, foram selecionados 92 municípios que se encaixam nesses moldes. A decisão de estudar os municípios de grande porte decorre dos achados de DESCHAMPS (2021), que aponta uma relação mais forte e positiva entre receita e voto. Este achado confirma o quão pertinente é a temática de financiamento eleitoral.

Dinheiro e voto estão estreitamente relacionados, conforme descrevem CERVI, HOROCHOVSKI E JUNCKES (2015, p. 81) e GEARA et al. (2018). Para HOROCHOVSKI et al. (2017, p. 151), torna-se cada vez mais evidente que a democracia implica custos, sendo o papel do financiamento na política de maneira geral, e nas eleições, especificamente, crucial. Esta é uma explicação para o aumento e a crescente relevância das pesquisas dedicadas ao financiamento eleitoral.

O problema da relação entre dinheiro e política reside no fato de que aquele pode exercer uma influência profunda nos resultados eleitorais, convertendo a democracia em um regime de igualdade por excelência, em uma plutocracia. Está é definida no dicionário DICIO (2024) como uma forma de governo em que o poder político é exercido predominantemente por indivíduos ou classes sociais extremamente ricas, sendo então a plutocracia no financiamento eleitoral o domínio dos ricos nas campanhas políticas por meio de grandes contribuições financeiras. Isso distorce a representatividade democrática. Nas plutocracias, a riqueza desempenha um papel crucial na determinação de quem detém o poder político. Indivíduos com alto poder econômico e influência de poder podem exercer uma disputa desproporcional nos pleitos eleitorais e sobre as decisões políticas devido às suas capacidades financeiras, assim como SPECK(2007) e DESCHAMPS (2021) evidenciam que o sistema político brasileira podem ter uma possível proximidade da plutocracia com base nos resultados de suas pesquisas, não sendo opinião direta dos autores, contudo os estudos evidenciam alguns elementos para plutocracia, como quem tem mais poder e dinheiro normalmente se elegem. Devido a essa preocupação de a democracia brasileira se aproximar de uma plutocracia é essencial averiguar suas causas e consequências dos rumos que tomarão as eleições eleitorais no Brasil.

Com base nas explicações do porquê é importante e relevante o estudo do financiamento eleitoral, surgem as questões a serem levantadas com esta pesquisa: qual é a relevância das receitas de campanhas para as eleições? Até que ponto elas influenciaram o sucesso eleitoral dos eleitos?

Os dados são apresentados de forma descritiva em várias tabelas a fim de demonstrar a relação de eleitos e não eleitos bem como outros dados, como total de receita, total de votos e comparações entre eleitos e não eleitos. Foi utilizada também a correlação de Pearson que é uma medida estatística que avalia a relação linear entre duas variáveis contínuas. Varia de -1 a +1, onde +1 indica uma correlação perfeita positiva, -1 uma correlação perfeita negativa e 0 ausência de correlação. É calculada dividindo a covariância das variáveis pelo produto de seus desvios padrão. Uma correlação próxima de +1 sugere que as variáveis aumentam juntas, enquanto próxima de -1 indica que uma variável diminui à medida que a outra aumenta. Trata-se de um teste estatístico que ajuda a responder às questões desta pesquisa, principalmente para assim verificar a influência do dinheiro nas eleições de 2020 para vereador em grandes municípios. Para melhor visualização das correlações, foram utilizados diagramas de dispersão, representação gráfica que nos permite observar a relação entre duas variáveis. Um gráfico de dispersão é composto por pontos num plano cartesiano e cada ponto representa a combinação dos valores das variáveis, neste caso receitas e votos, permitindo verificar e identificar padrões e tendências nas eleições de 2020. Se os pontos se alinham em uma direção, isso indica uma correlação positiva ou negativa entre receita e voto, enquanto uma dispersão aleatória sugere ausência de correlação nos dados.

Usando a análise de regressão linear com a variável dependente sendo os votos e a variável independente, as receitas de campanha, busca-se modelar e entender a relação entre essas duas variáveis. A equação de regressão linear poderia ser expressa como $Votos = A \times Receitas + B$ onde A seria o coeficiente C angular que representa quanto os votos mudam em resposta a uma mudança nas receitas de campanha, e B seria o coeficiente linear, dessa forma é possível verificar o quanto a receita influencia em voto; quanto a votação sobe em relação a receita.

Finalmente, uma vez identificada uma possível correlação entre dinheiro e voto nas eleições para vereador em 2020, buscou-se aprofundar a compreensão das diferenças entre candidatos com maiores e menores chances de se eleger. Para

isso, os dados foram distribuídos em quartis de receitas de campanha, comparando-se os perfis dos candidatos dos quartis inferiores e superiores relacionados a variáveis como votação, chances eleitorais, gêneros, escolaridade, cor/raça entre outras. No próximo capítulo, são trazidos e discutidos resultados da aplicação desses procedimentos.

4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo são apresentados e discutidos os resultados das análises feitas nesta pesquisa, principalmente por meio de gráficos, tabelas e figuras. Dessa forma foram utilizados testes estatísticos com dados de receitas, perfis de candidaturas e resultados eleitorais nas eleições de 2020 no Brasil, com foco em municípios de grande porte (acima de 200 mil eleitores) totalizados em 92 municípios que se encaixam neste recorte. Outro foco é a comparação de características e perfil de candidatos eleitos e não eleitos neste pleito. Em suma, o que se busca é verificar a relação entre receita e desempenho e sucesso eleitoral, em outras palavras o quanto dinheiro se traduz em votos e mandatos.

TABELA 1- DADOS GERAIS ELEIÇÃO 2020

Eleição 2020 municípios acima de 200 mil eleitores	
	N
Receita (R\$)	661.077.142,8
votos	32.468.725
candidatos	59.158
municípios de grande porte	92

FONTE- O autor (2024), com base dados TSE, UFPR LAR.

A receita total declarada na eleição de 2020 foi de R\$ 661.077.142,00 nos municípios estudados. O número total de votos foi de 32.468.725. O total de candidatos foi de 59.158 candidatos a vereador. A dimensão da receita gasta no pleito é de grande volume, demonstrando a importância de verificar e estudarmos o que esses valores significam. O volume de um pouco mais de meio bilhão de reais nas campanhas eleitorais de 2020 no Brasil evidencia a magnitude dos recursos envolvidos no financiamento eleitoral. Esse montante expressivo foi para cobrir os custos dos diversos custos envolvidos nas eleições. No entanto, esse alto nível de financiamento levanta preocupações sobre uma influência desproporcional, que pode exercer um controle significativo sobre o processo eleitoral. A dependência de grandes quantias de receita pode comprometer a equidade democrática, favorecendo candidatos com maior acesso a recursos financeiros.

A tabela 2 apresenta as estatísticas descritivas das distribuições dos candidatos a vereador eleitos e não eleitos nas eleições municipais de 2020.

TABELA 2- RECEITA 2020

Receita eleição 2020 (R\$)			
	eleitos	não eleitos	total eleição
Média	70787	8860	11175
Erro padrão	2448	107	146
Mediana	39064	2593	2908
Moda	3000	0	0
Desvio padrão	115131	25462	35458
Variância da amostra	13255103220	648326480	1257254452
Curtose	119	1410	937
Assimetria	8	22	20
Intervalo	2570274	2348210	2570274
Mínimo	0	0	0
Máximo	2570274	2348210	2570274
Soma	156509415	504567728	661077143
Contagem	2211	56947	59158

FONTE- O autor (2024), com base dados TSE, UFPR LAR.

Em média um candidato eleito arrecada cerca de oito vezes mais que um não eleito. Por outro lado, a diferença entre as medianas é ainda maior, chegando a mais de 15 vezes na comparação entre eleitos não eleitos. O valor modal dos não eleitos é zero, ou seja, a arrecadação mais frequente entre esses candidatos é nada, inexistente. Essa é a condição de 10.717 candidatos, o que representa quase 20% dos candidatos desse grupo.

Esses dados refletem a disparidade de arrecadação inclusive no que se refere a valores totais. Embora os não eleitos tenham arrecadado cerca de três vezes mais que os eleitos em termos absolutos, eles são quase 26 vezes mais numerosos. No entanto, como se pode ver pelos valores de desvio padrão para ambos os grupos, trata-se de distribuições com grande dispersão de dados, não uniformes. Isso por si só faz com que seja necessário explorar as tabelas desta pesquisa como um todo para explorar as características de eleitos e não eleitos.

De forma mais clara, explicando cada métrica da tabela 7, os dados nos revelam que, a média das receitas totais dos candidatos eleitos é de R\$ 70.787, enquanto a média das receitas totais dos candidatos não eleitos é de R\$ 8.860 e a média geral da campanha é de R\$ 11.175. Já o desvio padrão para as receitas dos candidatos eleitos é de 2.448 e para os não eleitos é de 107 e da campanha no geral é de 146.

Para candidatos eleitos, a mediana das receitas totais é de 39.064,00, e para os não eleitos é de 2.592,56. A moda é o valor que mais se repete na amostra dos candidatos eleitos e não eleitos. Para candidatos eleitos, o valor mais comum de receitas totais é R\$3.000, enquanto para os não eleitos é R\$0,00. Conclui-se que os números mostram uma grande disparidade nas receitas entre candidatos eleitos e não eleitos. Os candidatos eleitos têm uma média, mediana e soma de receitas muito maiores em comparação com os não eleitos. Isso indica que há uma relação significativa entre financiamento de campanha e sucesso eleitoral nas eleições para vereadores em 2020.

O desvio padrão para exemplificar melhor é nada menos a medida de dispersão das receitas em relação à média. Quanto maior o desvio padrão, mais dispersos estão os dados. Neste caso o desvio padrão para as receitas dos candidatos eleitos é de 115.130,81, e para os não eleitos é de 25.462,26. No caso dos candidatos eleitos, os dados sugerem que as receitas dos candidatos eleitos tendem a se dispersar em uma faixa mais ampla em relação à média. Em outras palavras, há uma grande variabilidade nos montantes arrecadados pelos candidatos eleitos. Alguns candidatos podem ter receitas muito altas, enquanto outros podem ter receitas relativamente baixas, resultando em um desvio padrão maior. Por outro lado, para os candidatos não eleitos, as receitas dos candidatos não eleitos têm uma dispersão menor em relação à média. Pode-se dessa forma, concluir que os valores estão mais agrupados em torno da média.

Essa diferença no desvio-padrão entre os candidatos eleitos e não eleitos pode refletir diferentes dinâmicas de financiamento de campanha e níveis de sucesso eleitoral entre os eleitos e não eleitos. Por exemplo, candidatos eleitos podem ter acesso a uma variedade mais ampla de fontes de financiamento (arrecadação) e podem enfrentar uma maior variabilidade nas doações recebidas, enquanto os candidatos não eleitos apresentam uma disponibilidade muito menor de recursos.

A tabela 2 mostra que o total das receitas para eleitos e não eleitos. Ficando da seguinte forma para candidatos eleitos, a soma das receitas é R\$ 156.509.414,88 e o total é 2.211 candidatos. Para candidatos não eleitos, a soma das receitas é de R\$ 504.567.727,96 e a contagem é 56.947. Na campanha em geral a receita é de R\$ 661.077.143 com o total de 59.158 candidatos nas cidades de grande porte (acima de 200 mil eleitores).

TABELA 3- VOTO 2020

votos eleição 2020	eleitos	não eleitos	eleição total
Média	4718	387	549
Erro padrão	172	3	8
Mediana	2914	154	165
Modo	1533	0	0
Desvio padrão	8093	802	1934
Variância da amostra	65497390	643693	3741528
Curtose	140	193	1886
Assimetria	10	10	32
Intervalo	166847	29086	167552
Mínimo	705	0	0
Máximo	167552	29086	167552
Soma	10432566	22036159	32468725
Contagem	2211	56947	59158

FONTE- O autor (2024), com base dados TSE, UFPR LAR.

Os dados da Tabela 3 mostram que em média os candidatos eleitos receberam 4718 votos, enquanto os não eleitos obtiveram em média 387 votos. A distribuição dos votos também é ilustrada pelo valor modal de 1533 votos para os candidatos eleitos e 0 votos para os não eleitos, evidenciando uma disparidade ainda maior entre eleitos e não eleitos.

O desvio padrão nos votos mede a dispersão em relação à média e são notavelmente maiores para os candidatos eleitos (8093) em comparação com os não eleitos (802), revelando uma constância destes últimos em poucos votos. Além disso, a assimetria e a curtose mostram uma maior dispersão e concentração dos votos para os candidatos eleitos. Isso é demonstrado pelos valores máximo e mínimo dos votos, que varia de 705 a 167552 para os candidatos eleitos, enquanto para os não eleitos varia de 0 a 29086.

Os candidatos eleitos receberam um total de 10.432.566 votos, enquanto os não eleitos receberam 22.036.159 votos. No entanto, é importante ressaltar que, como já vimos, apesar de terem recebido menos votos, os candidatos eleitos são menos numerosos em comparação com os não eleitos. Dessa forma os não eleitos mesmo que tenham recebido mais votos no geral, a distribuição desses votos é mais dispersa entre muitos candidatos, enquanto os votos dos candidatos eleitos estão

mais concentrados em um menor número de candidatos. É importante destacar esses pontos pois colaboram para uma análise mais ampla relacionando as leituras das tabelas como um todo e principalmente fazendo a relação entre receita e voto.

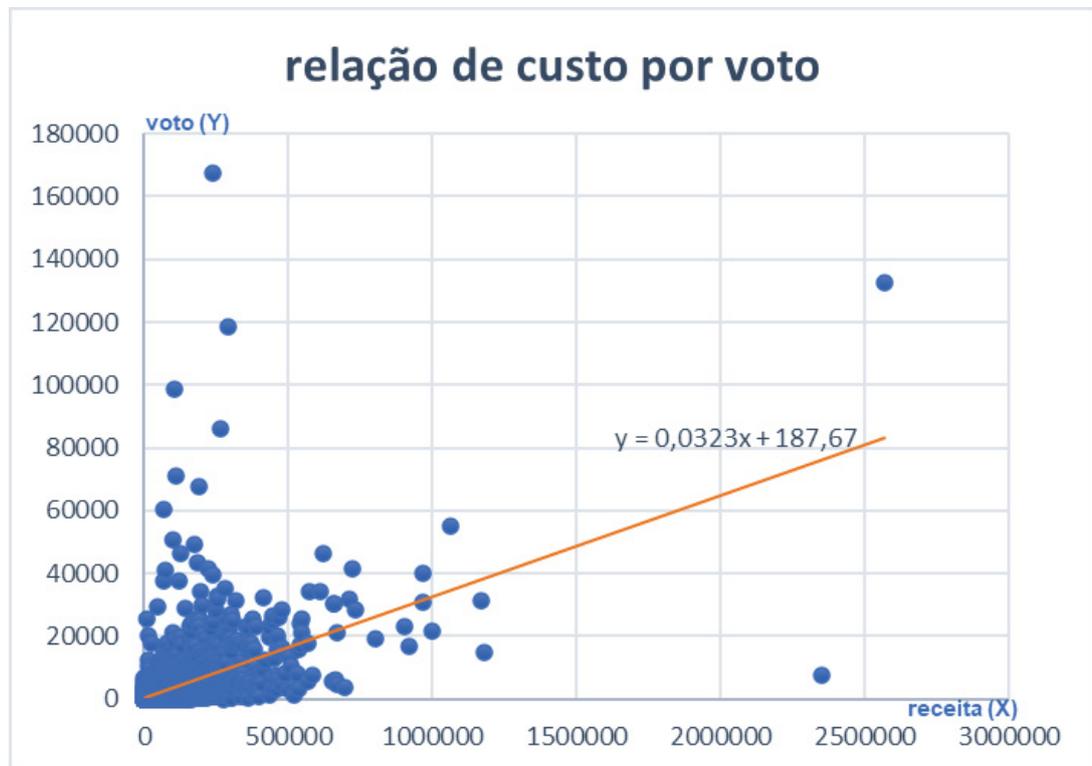
TABELA 4- REGRESSÃO LINEAR RECEITA X VOTO

regressão linear eleição 2020	eleição total
R múltiplo	0,59
R-Quadrado	0,35
R-quadrado ajustado	0,35
Erro padrão	1558,26
Observações	59158

FONTE- O autor (2024), com base dados TSE, UFPR LAR.

Análise de regressão linear usada explica como uma variável independente (receita) influencia a variável dependente (voto), em outras palavras verificar o quanto receita gera votos nas eleições 2020. O coeficiente de correlação de Pearson é uma medida de associação linear entre duas variáveis quantitativas (contínuas ou discretas), que varia de -1 (correlação perfeita negativa, ou inversa) a 1 (correlação perfeita positiva). Se R for igual à zero, então não há correlação linear entre as variáveis (FIGUEIREDO FILHO E SILVA JUNIOR, 2009). Os resultados da análise de regressão linear das eleições de 2020 demonstram uma correlação positiva entre receita e voto conforme a tabela 9. Inicialmente, o coeficiente de correlação múltipla (R Múltiplo) destaca a força da relação linear entre as variáveis independentes (receita) e a variável dependente(voto). O R para os dados analisados é de 0,59, indicando uma correlação moderada para forte entre as variáveis. Além disso, o R-Quadrado, de 0,35, indica que 35% da variação nos votos pode ser explicada pelas receitas.

GRÁFICO 1- RETA DE REGRESSÃO LINEAR ENTRE RECEITAS DE CAMPANHA (VARIÁVEL INDEPENDENTE) E VOTOS (VARIÁVEL DEPENDENTE)



FONTE- O autor (2024), com base dados TSE, UFPR LAR.

A equação da regressão linear, representada por $y = 0,0323x + 187,67$, revela a relação entre a receita de campanha X e o número de votos obtidos y. Essa equação demonstra que, em média, a cada três reais de receita de campanha, um voto adicional é obtido. A inclinação positiva da linha de regressão indica uma correlação direta entre o aumento do financiamento eleitoral e o aumento no número de votos recebidos. Dessa forma fica demonstrado que, em geral, candidatos com maiores recursos financeiros têm maior probabilidade de receber mais votos, destacando a influência significativa das receitas em votos. Com isso fica exposto como o financiamento de campanhas nas eleições de 2020 afetou os resultados eleitorais, destacando a importância que está análise crítica pode fornecer dados relevantes para formulação de políticas públicas que visem ter mais transparência nas receitas de financiamento eleitoral bem como promover a democracia e a equidade dos sistemas de financiamento, fazendo a disputa eleitoral mais democrática para que os candidatos tenham chances semelhantes de se eleger.

TABELA 5- ANÁLISE DE QUARTIS

Situação	Quartil Superior		Quartil Inferior	
	N	%	N	%
ELEITOS	1.953	13,20	80	0,05
NÃO ELEITOS	12.837	86,80	14.782	99,95
Total Geral	14.790	100	14.790	100
Razão de chances				281,11

FONTE- O autor (2024), com base dados TSE, UFPR LAR.

A análise dos dados, divididos em quartis superior e inferior por grupo, revela uma grande disparidade nas eleições de 2020: enquanto 1.953 candidatos foram eleitos no quartil superior de receitas, apenas 8 conseguiram ser eleitos no quartil inferior. Isso aponta para uma desigualdade no processo eleitoral, onde aqueles no quartil superior têm uma vantagem muito maior sobre os candidatos no quartil inferior, com uma razão de 281 vezes mais chances de serem eleitos. Essa disparidade levanta questões profundas sobre a equidade no sistema político.

Os eleitos no quartil inferior *outliers*, ou seja, são estranhos ao convencional. Eles são os que "furaram a bolha" ou romperam o "teto" de financiamento, mostrando que, apesar das probabilidades desfavoráveis, ainda conseguiram conquistar votos suficientes para vencer as eleições. Contudo eles estão muito longe de ser a regra, havendo diversos fatores que podem ter levado esses candidatos a se reeleger como carisma pessoal, alavancamento na eleição por outro candidato mais influente ou acontecimentos diversos que acabou ganhando notoriedade pela população entre outros fatores.

TABELA 6- GÊNERO

gênero	eleitos		não eleitos		total eleição	
	N	%	N	%	N	%
FEMININO	314	14,20	19.088	33,52	19.402	32,80
MASCULINO	1.897	85,80	37.859	66,48	39.756	67,20
TOTAL	2.211	100	56.947	100	59.158	100

FONTE- O autor (2024), com base dados TSE, UFPR LAR.

Na tabela 2 foi levantado o quantitativo por gênero na eleição 2020, demonstrando uma disparidade grande entre candidatos homens e mulheres eleitos. Dos eleitos, 14,20% são mulheres e 85,80% são homens. Olhando para os dados gerais da eleição verifica-se que essa disparidade tende a cair assim como nós não eleitos. Os dados permitem verificar que quando se trata de mulheres eleitas o percentual é baixo já em participação o percentual tende a cair um pouco, mas longe de uma participação perto dos 50%, verificando assim que em valores percentuais as mulheres tendem a se eleger menos do que os homens.

O fato de terem sido eleitos muito mais homens que mulheres nas eleições de 2020 no Brasil revela um desequilíbrio significativo na representação política de gênero. Mesmo com os avanços na legislação e políticas de cotas destinadas a aumentar a participação feminina, a disparidade persiste, refletindo barreiras estruturais e culturais que dificultam o acesso das mulheres a cargos eletivos demonstrado no pleito de 2020. Essa desigualdade não apenas compromete a representatividade democrática, mas também pode limitar a diversidade de perspectivas necessárias para uma formulação de políticas públicas mais inclusivas e equitativas. Como entre os não eleitos ainda há menos mulheres que homens e os eleitos são na maioria homens, isso também demonstra a dificuldade, mas também a importância de promover a igualdade de gênero na política exigindo esforços contínuos para garantir apoio institucional e incentivar a participação ativa das mulheres na política.

TABELA 7- ESCOLARIDADE

escolaridade	eleitos		não eleitos		total eleição	
	N	%	N	%	N	%
FUNDAMENTAL	166	7,51	9.228	16,20	9.394	15,88
MÉDIO	608	27,50	23.454	41,19	24.062	40,67
SUPERIOR	1.437	64,99	24.265	42,61	25.702	43,45
TOTAL	2.211	100	56.947	100	59.158	100

FONTE- O autor (2024), com base dados TSE, UFPR LAR.

A tabela 7 apresenta a escolaridade dos candidatos eleitos, não eleitos e o total da campanha por escolaridade. Dos 59.158 candidatos, os não eleitos são 9.228, correspondendo a 16,20%, com escolaridade fundamental, 23.454, o que representa 41,19%, com ensino médio, e 24.265, totalizando 42,61%, com ensino

superior. Já os eleitos possuem 166, equivalente a 7,51%, com escolaridade fundamental, 608, representando 27,50%, com ensino médio, e 1.437, totalizando 64,99%, com ensino superior. O que esses dados indicam é uma significativa prevalência de candidatos mais escolarizados entre os eleitos quando comparados com os não eleitos. O fato de que a escolaridade aparentemente teve influência nas eleições de 2020 no Brasil sugere que a formação educacional está desempenhando um papel importante no sucesso eleitoral dos candidatos, provavelmente relacionado a uma inserção social privilegiada de pessoas mais escolarizadas. de toda forma, os resultados sugerem que pode haver um crescente aumento no nível de escolarização por parte dos candidatos a vereadores em municípios de grande porte no Brasil.

TABELA 8- COR/RAÇA

cor/raça	eleitos		não eleitos		total eleição	
	N	%	N	%	N	%
AMARELA	23	1,04	221	0,39	244	0,41
BRANCA	1.295	58,57	26.417	46,39	27.712	46,84
INDÍGENA	4	0,18	128	0,22	132	0,22
PARDA	663	29,99	20.958	36,80	21.621	36,55
PRETA	215	9,72	8.544	15,00	8.759	14,81
SEM DADOS	11	0,50	679	1,19	690	1,17
TOTAL	2.211	100	56.947	100	59.158	100

FONTE- O autor (2024), com base dados TSE, UFPR LAR.

TABELA 9- COR/RAÇA AGREGADO

cor/raça dicotômica	eleitos		não eleitos		total eleição	
	N	%	N	%	N	%
BRANCA	1295 (1035.72)	64.91	26417 (26676.28)	46,84	27712	46,84
NÃO BRANCA	916 (1175.28)	57.2	30530 (30270.72)	53,16	31446	53,16
TOTAL	2211	100	56.947	100	59.158	100

* Valores esperados para o teste qui-quadrado entre parêntesis

FONTE- O autor (2024), com base dados TSE, UFPR LAR.

As tabelas 8 e 9 trazem a distribuição dos candidatos eleitos e não eleitos por cor/raça. Elas revelam diferenças significativas na representação de cor/raça nas eleições 2020. Para mostrar isso, foi aplicado aos dados da tabela 8, um teste qui-quadrado, cujo P valor de 0,00001, demonstrando que a probabilidade de os

dados ocorrerem por acaso são extremamente baixas, ou seja, há uma diferença significativa entre brancos e não brancos no que se relaciona ao sucesso eleitoral, com vantagem para aqueles candidatos. Ou seja, a raça importa.

Os dados de cor/raça reforçam que há desigualdades e outros fatores a serem explorados para investigar as causas e de pessoas não brancas eleitas, alguns fatores como constatado nesta pesquisa, como perfil e receita arrecadada tem fortes influências no sucesso eleitoral. A desigualdade de raça revela como é preciso ter esforços para promover a equidade no financiamento eleitoral incluindo políticas públicas de transparência e iniciativas para aumentar o acesso de candidatos de minorias raciais a financiamentos públicos e ao apoio institucional, pois o sistema vigente ainda mostra lacunas nesse quesito.

TABELA 10- INCUMBENTE

incumbente	eleitos		não eleitos		total eleição	
	N	%	N	%	N	%
DESAFIANTE	1.245	56,31	56.186	98,66	57.431	97,08
INCUMBENTE	966	43,69	761	1,34	1.727	2,92
TOTAL	2.211	100	56.947	100	59.158	100

FONTE- O autor (2024), com base dados TSE, UFPR LAR.

Na tabela 10, comparam-se os candidatos incumbentes e desafiantes nas eleições municipais em municípios de grande porte. Incumbentes são os candidatos que atualmente ocupam cargos em disputa, buscando reeleição, e os desafiantes são os que não ocupam cargos no momento da eleição. Entre incumbentes, os eleitos são aproximadamente 43%, ou seja, se reelegeram. Já entre os desafiantes, os eleitos representam pouco mais de um por cento, ou seja, um desafiante teve, em 2020, cerca de uma chance em 100 de se eleger, enquanto entre os incumbentes esta chance ficou próxima de 50%.

Na eleição de 2020, a alta prevalência de sucesso entre incumbentes sugere uma tendência de manutenção do chamado “status quo” político, em que as forças políticas existentes são preservadas. No entanto, essa estabilidade pode resultar em uma certa estagnação no sistema eleitoral, com pouca abertura para mudanças significativas. Isso sugere a necessidade de uma análise mais aprofundada sobre o impacto dos incumbentes na política, visando compreender melhor como essa dinâmica influencia o processo democrático. Dessa forma fica claro que uma parte

substancial dos eleitos foi reeleita (43%), o que pode contribuir para a perpetuação do "status quo" político.

Esses resultados destacam que, no cenário político atual, a correlação entre financiamento e sucesso eleitoral continua extremamente forte. Os recursos financeiros desempenham um papel crucial na visibilidade, na capacidade de mobilização e na influência sobre os eleitores. Isso significa que, para muitos candidatos, especialmente aqueles sem acesso a grandes receitas, é praticamente impossível obter o sucesso eleitoral.

Com esta análise também fica clara a necessidade de reformas no sistema político para garantir uma competição eleitoral mais justa e democrática. Dessa forma, pode-se promover a transparência no financiamento de campanhas e criar oportunidades equitativas para todos os candidatos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como foco investigar o impacto da receita nas eleições de 2020 para o cargo de vereador em municípios de grande porte. O financiamento eleitoral emergiu como um tema de destaque, dada a sua significativa influência no processo político.

A influência significativa que o financiamento tem sobre os resultados das eleições exprime uma relação clara entre a quantidade de recursos financeiros disponíveis e o sucesso eleitoral. Além disso, a disparidade de gênero entre os candidatos eleitos, evidenciando uma sub-representação das mulheres na política assim como BUENO (2020) demonstra analisando eleições anteriores ao pleito de 2020. A análise sobre a escolaridade dos candidatos também revela uma predominância de candidatos com nível superior, levantando hipóteses a serem exploradas em estudos futuros das vertentes sobre a diversidade no nível de escolaridade dos candidatos. A discussão sobre cor/raça chama a atenção para a importância de examinar a representatividade racial na política e ainda nos demonstra como a maioria dos eleitos, em porcentagem, comparado com outras cores e raças há uma diferença enorme em brancos eleitos com os demais.

Os candidatos incumbentes, ou seja, os que buscam a reeleição, representam uma parcela significativa dos candidatos eleitos. Isso levanta questões importantes sobre os benefícios e desafios da reeleição, como seu impacto na inovação na gestão pública e na qualidade da administração, mas principalmente em relação à renovação na política.

Em suma, em relação ao financiamento das campanhas, observa-se uma grande discrepância entre os recursos arrecadados por candidatos eleitos e não eleitos. Os eleitos geralmente recebem oito vezes mais do que os não eleitos. É interessante notar que ainda uma porcentagem considerável de candidatos, cerca de 20%, todos não eleitos, não arrecadam recursos para suas campanhas, isso nos demonstra muita coisa, e evidencia ainda mais a importância do dinheiro para eleições. A estreita relação entre financiamento e sucesso eleitoral demonstrada por DESCHAMPS (2021), é notada novamente nas eleições de 2020 para vereador nos municípios de grande porte. Dessa forma, confirmando a importância dos recursos financeiros na disputa eleitoral.

A influência do dinheiro é confirmada nos testes de quartis desta pesquisa, que mostram que candidatos com mais receita têm enormes chances de vencer. O teste de correlação desta pesquisa entre receita e voto demonstra uma relação positiva entre receita e voto indicando que a variável dependente desta pesquisa, o voto, é influenciada pela variável independente da receita.

Essa dinâmica, levanta preocupações sobre a influência desproporcional do dinheiro na competição eleitoral, pois DESCHAMPS (2021) e MARTINS (2021) com base em suas pesquisas demonstra como o sistema político brasileiro tem alguns aspectos de plutocracia, ferindo princípios constitucionais e democráticos. Isso sugere fragilidades no sistema eleitoral brasileiro assim como a própria democracia brasileira, os pilares que rodeiam a democracia como igualdade, equidade, liberdade de expressão dentre outros são usados como pretexto em discursos eleitorais, contudo, de um ponto de vista estatístico, o 'que de fato manda, o 'que decide entre sucesso eleitoral ou não é o dinheiro transformando assim em numa espécie de democracia "zumbi". Ou seja, uma democracia que aos poucos se distancia de sua essência, indo em direção à plutocracia, tornando assim uma espécie de período transitório de sistema por trás do atual. Os resultados desta pesquisa, como os autores do financiamento eleitoral demonstram, sinalizam a necessidade de políticas mais efetivas, mais justas e mais equitativas de fato, não apenas no texto constitucional e infraconstitucional, para que os diversos candidatos tenham chances semelhantes de se eleger e conseqüente representar em prol da sociedade. Trata-se de uma dimensão essencial do desenvolvimento sustentável.

4.1 RECOMENDAÇÕES PARA TRABALHOS FUTUROS

Para concluir, são trazidas algumas recomendações para trabalhos futuros. Esta pesquisa, devido a sua abrangência, contempla diversos dados que podem ser usados como base para uma continuidade para investigar eleições futuras a partir de uma metodologia semelhante. Há pontos que não foram explorados, como qual o impacto se os incumbentes se reelegeram, demonstrar os impactos positivos e negativos que isso pode gerar para sociedade e para a democracia. Outro ponto relevante é a investigação aprofundada do perfil de candidatos como escolaridade, gênero, cor/raça partindo para outra investigação do impacto dos diferentes tipos de

perfis analisados, contribuindo para a temática do financiamento eleitoral e suas vertentes.

REFERÊNCIAS

ANPOCS - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. 45º Encontro Anual da ANPOCS, 2021. Grupo de Trabalho 12 - Dinheiro, interesses e democracia: estratégias de ação e influência no sistema político.

ASSIS, I. L. D. Representação feminina e financiamento de campanhas: histórico recente e novas perspectivas à luz da reforma eleitoral de 2015. *Revista de Ciências do Estado*, v. 2, n. 2, 2017. ISSN 2525-8036

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Art. 1º, Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 13.165, de 29 de setembro de 2015. Altera as Leis nos 9.504, de 30 de setembro de 1997, 9.096, de 19 de setembro de 1995, e 4.737, de 15 de julho de 1965 – Código Eleitoral, para reduzir os custos das campanhas eleitorais, simplificar a administração dos Partidos Políticos e incentivar a participação feminina. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 30 set. 2015.

BRASIL. Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995. Estabelece normas para as eleições. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 20 set. 1995.

BRASIL. Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997. Estabelece normas para as eleições. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 01 out. 1997.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Resolução nº 23.406, de 2014. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF de 2014.

BUENO, A. A. M., & Junckes, I. J. (2020). Dinheiro, democracia e a (sub) representação das mulheres nas eleições de 2008, 2012 e 2016 no Brasil. *Revista Eletrônica de Ciência Política* V. 11, n. 2 (2020)

CERVI, Emerson Urizzi. Doadores, partidos e estratégias para o financiamento de campanhas eleitorais no Brasil: uma análise sobre o reduzido número de doadores e os elevados valores doados para os candidatos a presidente em 2014. *Política & Sociedade*, v. 15, n. 32, p. 65, 2016.

DESCHAMPS, Jacques Paul; JUNCKES, Ivan Jairo; HOROCHOVSKI, Rodrigo Rossi; et al. Dinheiro e sucesso eleitoral em 2008, 2012 e 2016 no Brasil. *Revista de Administração Pública*, v. 55, n. 3, p. 736–756, 2021.

FIGUEIREDO FILHO, D. B. O elo corporativo? Grupos de interesse, financiamento de campanha e regulação eleitoral. 2009. 100 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009. Disponível em: . Acesso em: 03 ago. 2019.

FURTADO, C. *Criatividade e Dependência na civilização Industrial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

HOROCHOVSKI, Rodrigo Rossi; JUNCKES, Ivan Jairo; SILVA, Edson Armando; SILVA, Joseli Maria; CAMARGO, Neilor Fermino. **Estruturas de poder nas redes de financiamento político nas eleições de 2010 no Brasil**. Curso de Gestão Pública, Setor Litoral, Universidade Federal do Paraná, Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2010.

HOROCHOVSKI, R. R. et al. Redes de financiamento eleitoral nas eleições de 2008 no Litoral do Paraná. *Paraná Eleitoral*, v. 3, n. 1, p. 103-131, 2014

MANCUSO, W. P.; HOROCHOVSKI, R. R.; CAMARGO, N. F. Financiamento eleitoral empresarial direto e indireto nas eleições nacionais de 2014. In: WEES – WORKSHOP EMPRESA, EMPRESÁRIO E SOCIEDADE, 2018, Maringá. Eixo 4: política, estado e empresariado... Maringá: UEM, 2018.

MANCUSO, Wagner Pralon; SPECK, Bruno Wilhelm. Financiamento de campanhas e prestação de contas. *Cadernos Adenauer*, v. 15, n. 1, p. 135-150, 2014.

MARTINS, João Batista. “O DINHEIRO NAS ELEIÇÕES DE 2008, 2012 E 2016: QUANTO MAIOR O MUNICÍPIO MAIOR A INFLUÊNCIA”, [s.d.].

NICOLAU, Jairo. *Eleições no Brasil: do Império aos dias atuais*. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2012.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. 2015

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 16: Paz, Justiça e Instituições Eficazes*. Acesso 2024 <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/16>

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RÉMOND, R. *As eleições. Por uma história política*. Tradução de: ROCHA, D. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. Título original: *Pour une histoire politique*. p. 37-56. Disponível em: Acesso em: 08 jan. 2024.

SACHS, I. *A terceira margem: em busca do ecodesenvolvimento*. Tradução de: D'AGUIAR, R. F. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. Título original: *La troisième rive: à la recherche de l'écodéveloppement*

SILVA, Bruno Fernando da; CERVI, Emerson Urizzi. Padrões de financiamento eleitoral no Brasil: as receitas de postulantes à Câmara dos Deputados em 2010 e 2014. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 23, p. 75–110, 2017.

SPECK, B. W. Como financiar a competição política? Concepções contemporâneas, ilustrações do caso da Alemanha e perspectivas para a situação em Uruguay. In: CAETANO. 2002

SPECK, Bruno Wilhelm. "Game over: duas décadas de financiamento de campanhas com doações de empresas no Brasil", 2016